



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA SUCINTA DA 47ª
(QUADRAGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA
DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 614/2007, QUE
DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
INSTITUI O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NO DF, E O PROJETO DE LEI Nº 670/2008, QUE DISPÕE
SOBRE A CARREIRA ASSISTÊNCIA PÚBLICA EM
SERVIÇOS SOCIAIS DO DF,
DE 4 DE JUNHO DE 2008.**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Cabo Patrício e Erika Kokay.

SECRETARIA: Deputada Erika Kokay.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 16 horas e 4 minutos.

TÉRMINO: 18 horas e 40 minutos.



1 ABERTURA

Presidente (Deputado Cabo Patrício):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.2 COMUNICADOS DA MESA

- **Mensagem nº 151, de 2008**, do Governador do Distrito Federal.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2008**, de autoria do Deputado Rôney Nemer.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2008**, de autoria do Deputado Rôney Nemer.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2008**, de autoria do Deputado Rôney Nemer.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2008**, de autoria do Deputado Rôney Nemer.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2008**, de autoria do Deputado Rôney Nemer.
- **Requerimento nº 982, de 2008**, do Deputado Chico Leite.
- **Requerimento nº 983, de 2008**, do Deputado Raad Massouh.
- **Requerimento nº 984, de 2008**, do Deputado Raad Massouh.
- **Requerimento nº 985, de 2008**, do Deputado Raad Massouh.
- **Requerimento nº 986, de 2008**, do Deputado Raad Massouh.
- **Requerimento nº 987, de 2008**, do Deputado Raad Massouh.
- **Requerimento nº 988, de 2008**, da Deputada Erika Kokay.
- **Indicação nº 4.369, de 2008**, de autoria do Deputado Chico Leite.
- **Indicação nº 4.370, de 2008**, de autoria do Deputado Chico Leite.
- **Indicação nº 4.371, de 2008**, de autoria do Deputado Chico Leite.
- **Indicação nº 4.372, de 2008**, de autoria do Deputado Chico Leite.
- **Indicação nº 4.373, de 2008**, de autoria do Deputado Chico Leite.
- **Indicação nº 4.374, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.
- **Indicação nº 4.375, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- **Indicação nº 4.376, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.
- **Indicação nº 4.377, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.
- **Indicação nº 4.378, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.
- **Indicação nº 4.379, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.
- **Indicação nº 4.380, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.
- **Indicação nº 4.381, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.
- **Indicação nº 4.382, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.
- **Indicação nº 4.383, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.
- **Indicação nº 4.384, de 2008**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.

Obs.: Os expedientes estão anexos à ata.

2 COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Cabo Patrício):

– Esclarece que o parecer da CEOF sobre o Projeto de Lei nº 814/2008, proferido pelo Deputado Rôney Nemer na sessão ordinária de 27 de maio de 2008, refere-se à apreciação em primeiro turno do projeto e das respectivas emendas.

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 974/2008, da bancada do PT e do Deputado Berinaldo Pontes, a sessão ordinária de hoje será transformada em comissão geral para discutir o Projeto de Lei nº 614/2007, que “Dispõe sobre a política de assistência social do Distrito Federal, institui o Sistema Único de Assistência Social no Distrito Federal e dá outras providências”, e o Projeto de Lei nº 670/2008, que “Altera a denominação da Carreira Assistência Pública em Serviços



Sociais do Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências”.

2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

- **PRESIDENTE DA SESSÃO**, Deputada Erika Kokay.
- **CO-AUTOR DO REQUERIMENTO**, Deputado Berinaldo Pontes.
- **SUBSECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DF**, Marta Sales.
- **VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DF**, Assunção de Maria Ribeiro Fialho.
- **GERENTE DE RESSOCIALIZAÇÃO – SUBSECRETARIA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DF – SUBSIS-SEJUS**, Paulo Reis.
- **PRESIDENTE DO SINDSASC**, Cássio Alves Moura.

2.2 PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADA ERIKA KOKAY, presidente da sessão

- Especifica temas relativos à carreira pública de assistência social do DF que pretende discutir nesta comissão geral.
- Apóia a concessão de aposentadoria diferenciada para os trabalhadores que executam medidas socioeducativas por tratar-se de atividade de alta complexidade.
- Refere-se à necessidade de novas unidades de atendimento em áreas de grande vulnerabilidade social.
- Defende a valorização dos servidores e o aumento do quadro de pessoal na área de assistência social.
- Condena a extinção das categorias de nível básico na carreira de assistência social.
- Opina que os servidores devem ser ouvidos acerca da unificação da carreira.
- Reconhece a legalidade do projeto encaminhado pelo Governo mas aponta a necessidade de correções.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

– Critica divergências do projeto em relação a normas estabelecidas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

PAULO REIS, Gerente de Ressocialização – Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do DF – Subsis-Sejus

– Comunica que o Sindase-DF será objeto de projeto de lei a ser apresentado, em breve, pelo GDF.

– Aborda a precariedade dos recursos postos à disposição dos servidores que heroicamente mantém o sistema.

– Cita o art. 227, da Constituição Federal, para enfatizar a responsabilidade de todos frente às atividades de assistência social.

DEPUTADA ERIKA KOKAY, presidente da sessão

– Relata a situação precária do Cajé, que impossibilita o adequado atendimento dos internos.

– Salaria que o SUAS deve ser instituído e regulamentado no DF.

MARTA SALES, Subsecretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do DF

– Analisa que os projetos que dispõem sobre a política e a carreira de assistência social são complementares e corrigem a ausência de legislação sobre o tema no DF.

– Esclarece que o modelo proposto para o SUAS-DF baseia-se nas normas federais correlatas.

– Qualifica de inovadora a lei proposta, já que estabelece a responsabilidade do Estado na proteção básica dos cidadãos e trata a assistência social como política pública estatal.

– Frisa a importância dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Enfatiza que a eficácia da política de assistência social depende da existência de quadro permanente de servidores públicos habilitados.
- Refere-se às dificuldades para a implantação do novo modelo de assistência social.
- Opina que não apenas a nomenclatura do sistema de assistência social deve ser alterada mas também a essência do atendimento.
- Explica que os CRAS devem ser distribuídos em quantidade compatível com a dimensão das áreas de vulnerabilidade, como preconiza a norma NOB-RH.
- Menciona as dificuldades enfrentadas para a contratação de pessoal após o encerramento dos convênios com o ICS e com a Ação Social Nossa Senhora de Fátima.
- Elogia o empenho dos servidores para a manutenção dos serviços.
- Comunica que a Secretaria de Desenvolvimento Social aguarda autorização para o aluguel de espaço físico em áreas não regularizadas, a fim de melhorar o atendimento.
- Revela que a urgência no envio, pelo Governo, de projeto de lei destinado a reestruturar a carreira de assistência social decorre de compromisso firmado com o Ministério Público.
- Esclarece que a SEDEST discorda da inserção, pela Secretaria de Planejamento, do termo “justiça” na denominação da carreira de assistência pública em serviços sociais.
- Discorre acerca da deficiência de pessoal na área de assistência social e especifica as ações em andamento destinadas a suprir os cargos necessários.

CÁSSIO ALVES MOURA, Presidente do Sindsasc

- Agradece a oportunidade de debater o tema e o comprometimento da Deputada Erika Kokay e do Deputado Berinaldo Pontes.
- Pondera que não é razoável exigir que os servidores garantam os direitos da sociedade enquanto os seus não são resguardados pelo Governo.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Lamenta que a Secretária de Assistência Social ainda não tenha recebido o sindicato neste ano e critica a ausência dos secretários a este debate.
- Afirma que o projeto deve tratar da reestruturação da carreira e também da capacitação dos servidores.
- Justifica a aposentadoria especial pela condição de insalubridade a que os servidores estão submetidos.
- Opõe-se à mudança de nomenclatura dos cargos, o que poderia abrir portas para terceirização das atividades.
- Critica a terceirização dos serviços de nível básico que excluem várias pessoas do serviço público e observa que, iniciada a extinção dessas carreiras, os servidores remanescentes poderão ser postos em disponibilidade.
- Revela que hoje se tem mais acesso às discussões da Assejus.
- Reivindica mais participação das secretarias na discussão dos projetos e definição, por parte do governo, quanto aos recursos de trabalho e ao futuro dos servidores.

DEPUTADA ERIKA KOKAY, presidente da sessão

- Propõe a discussão do PL com os trabalhadores a fim de serem elaboradas emendas ao projeto.
- Adverte que a lei deve reconhecer as penosas condições de trabalho dessa área.

ASSUNÇÃO DE MARIA RIBEIRO FIALHO, vice-presidente do Conselho de Assistência Social do DF

- Cumprimenta os presentes e destaca a importância de os profissionais de assistência social participarem desta discussão.
- Afirma que a realização desta comissão geral revela que a área começa a fazer parte das políticas públicas.
- Informa que a matéria que trata da política de assistência social e da criação do SUAS foi enviada ao Conselho em dezembro do ano



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

passado, mas ainda não foi avaliado, e o projeto de lei que se refere à reestruturação da carreira ainda não foi enviado ao CAS.

– Destaca que esses fatos são um indicativo desfavorável, já que o CAS precisa investir na qualificação de seus conselheiros.

– Salaria que a assistência social, diferentemente das políticas de produção, que podem utilizar máquinas, trabalha com pessoas qualificadas, que tenham condição de ouvir as demandas e processá-las.

– Ressalta que o Estado deve fazer investimentos para evitar a terceirização e a diminuição da qualidade nas condições de trabalho.

– Relata as deficiências na organização dos quadros da carreira de assistência social, que devem ser corrigidas.

– Lembra que a assistência social deve considerar não só as normas e resolução do CAS mas também o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, que trata das medidas socioeducativas.

– Aborda os parâmetros distintos que devem ser considerados na hora da formação dos diferentes cargos da carreira de assistente social.

– Cita pontos relativos à assistência social que merecem atenção, como o financiamento, e defende a criação de uma instância de articulação regional.

GABRIEL DE OLIVEIRA ROCHA, público

– Aponta suposta contradição entre a mensagem do Governo e o projeto de lei relativa à extinção da carreira de auxiliares.

– Pergunta se, no caso de aprovação do projeto do Governo, quais serão as garantias dos servidores e como se dará a correção da remuneração das carreiras em extinção.

– Sugere emenda para concessão de gratificação por titulação.

EDGLEI AVELINO DE SOUZA, público

– Sustenta que o cargo de 645 servidores básicos não pode ser posto em extinção.

– Indaga qual é o quantitativo total de servidores da secretaria em atividade.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

LUIZ CARLOS SANCHEZ DA CUNHA, público

– Critica o fato de o Governo procurar alugar áreas para os serviços de assistência social quando dispõe de áreas públicas que poderiam ser destinadas a essa finalidade.

– Afirma que o assistente social de nível básico deve receber maior valorização e maior oportunidade de qualificação.

OSWALDO RUSSO, público

– Esclarece que, no âmbito federal, o modelo do SUAS se baseou no modelo do SUS.

– Afirma que é desnecessária lei local para regulamentar a assistência social.

– Destaca que as políticas de pessoal e de capacitação deveriam ser regulamentadas.

– Declara-se favorável à aposentadoria especial para os servidores da área.

DEPUTADA ERIKA KOKAY, presidente da sessão

– Alerta que a terceirização de carreira não extinta é passível de questionamento judicial.

– Frisa que os servidores básicos integram e contribuem para o processo educacional.

– Afirma que a estabilidade, uma das diferenças entre servidores públicos e terceirizados, garante a autonomia funcional.

– Reitera a necessidade de qualificação dos profissionais.

– Chama a atenção para a definição da relotação de servidores acidentados em trabalho.

– Diz-se favorável à aposentadoria especial, mas confessa ignorar se esta Casa tem competência para legislar sobre o tema.

– Defende férias especiais para os servidores de assistência social.

– Julga imperioso estabelecer qual será o processo de negociação com o governo.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Propõe agendamento de reunião entre secretarias e o sindicato.
- Comunica que a Bancada do Partido dos Trabalhadores encaminhará as emendas com os temas abordados nesta comissão geral.

DEPUTADO BERINALDO PONTES, co-autor do requerimento

- Agradece à Deputada Erika Kokay o empenho para garantir a realização desta comissão geral.
- Lembra a importância do mandato parlamentar para a sociedade, hoje e no futuro.
- Cita Michel Foucault, autor de *Microfísica do Poder*, e acrescenta que só haverá uma política social séria e consistente quando os micropoderes forem valorizados.
- Destaca que a valorização do servidor é fator de motivação para se realizar um bom trabalho.
- Afirma ser necessário pensar no futuro, e, para isso, deve-se pensar na valorização dos servidores no presente.
- Coloca-se à disposição de todos, como relator, e afirma ter a intenção de fazer um trabalho voltado para o bem comum.

PAULO REIS, Gerente de Ressocialização – Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do DF – Subsis-Sejus

- Acentua que, como gestor, não ignora os princípios da administração pública.
- Esclarece que, apesar de toda a publicidade em busca de parcerias, a única entidade interessada foi o IDP.
- Agradece a oportunidade de debater.
- Afirma que devemos juntar esforços para atender às crianças e aos adolescentes junto a essa categoria, que, como “coringa” do Estado, não pode ser ignorada.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MARTA SALES, subsecretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do DF

– Informa que o projeto de lei referente ao SUAS já foi aprovado pelo Conselho, e que o projeto que trata da carreira dos servidores ainda não foi encaminhado por falta de tempo.

– Destaca que o projeto foi considerado pela Dra. Arlete, então secretária-executiva, uma iniciativa inovadora, já que o DF foi pioneiro na implantação da política e do projeto do SUAS.

– Lembra a sua responsabilidade, como gestora e subsecretária, assim como a da Deputada Eliana Pedrosa, à frente da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do DF, na implantação dessa política.

– Expressa o desejo de estender este debate a todas as bases.

CÁSSIO ALVES MOURA, Presidente do Sindsasc

– Destaca a importância do confronto de idéias em prol da comunidade.

– Recomenda a formação de grupo de estudos para discutir e implementar o SUAS.

– Agradece a iniciativa da Câmara em discutir pontos ignorados pelo Executivo.

ASSUNÇÃO DE MARIA RIBEIRO FIALHO, vice-presidente do Conselho de Assistência Social do DF

– Declara-se favorável à implantação de duas carreiras distintas, uma vez que há duas secretarias com políticas e ações distintas.

– Lembra que a NOB-RH prevê as funções básicas da carreira, inclusive as das equipes de referência.

– Agradece a Marta Sales a informação dada sobre a matéria, mas acrescenta que deveria ter sido elaborada uma resolução sobre o assunto.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

– Lamenta o fato de o CRESS-8ª Região não ter podido comparecer a esta comissão geral, e convoca-o para participar da discussão em futuras reuniões.

DEPUTADA ERIKA KOKAY, presidente da sessão

– Alerta para a importância de mobilização dos servidores com vistas à aprovação dos projetos.

– Reforça seu apoio aos pleitos dos servidores e garante empenho nas negociações com os parlamentares e com o Executivo.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputada Erika Kokay):

– Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro Secretário

*Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 104 (Suplemento), de 17/06/2008, onde consta a íntegra dos expedientes lidos na sessão.*